



Estratégia
Concursos

5° SIMULADO

PCPR

INVESTIGADOR E
PAPILOSCOPISTA



Estratégia
Concursos

LANÇAMENTO DO SISTEMA DE QUESTÕES

#VENHAPARAOMAIOR

NÃO ESQUEÇA

18 DE MAIO - ÀS 10:00

Simulado Especial

5º Simulado PC-PR

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do PC-PR;
- 2 – A prova contém **50 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora UFPR, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PC-PR-16-05>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E

PORTUGUÊS

Felipe Luccas

Por que se bebe mais na quarentena?

Os bares estão fechados, no entanto os supermercados e serviços de entrega vendem mais bebidas alcoólicas do que nunca. O fenômeno é mundial; no mês de março, quando comparado ao mesmo mês do último ano, houve um crescimento de 22% nas vendas britânicas e 55% no comércio americano. Não existem dados amplos para o Brasil, mas as redes Extra e Pão de Açúcar relataram uma alta de 30% nas vendas de vinho para a Páscoa deste ano em relação à última, por exemplo.

A resposta mais óbvia é a ansiedade generalizada. Quem está trabalhando de casa (ou ficou desempregado e não consegue se realocar com a economia em queda livre) está numa situação longe do normal. Nisso, não há como não bater ansiedade – e o álcool acaba servindo como uma automedicação, perigosa, contra essa sensação.

Mas não é só isso. Outro ponto, fundamental, é o chamado “viés de confirmação”. As “festinhas” remotas, por videochamada, se tornaram o principal meio de socialização para muita gente. E aí junta-se a fome com a vontade de comer. “A gente já tem uma parte do cérebro dizendo que tomar algo vai melhorar as coisas, e aí vamos para as redes sociais e vemos os nossos amigos postando seus “drinks de quarentena” e seus happy hours no Zoom”, disse à BBC a americana Annie Grace, autora de diversos livros sobre alcoolismo. Ela completa: “Desse jeito, acabamos justificando para nós mesmos o hábito de beber com mais frequência, mesmo que isso já esteja fazendo mal”

O álcool afeta também o centro de prazer e recompensa do cérebro, estimulando a liberação de dopamina. Esse é o neurotransmissor responsável por fazer você querer mais uma taça. O efeito relaxante e prazeroso, porém, acaba rápido. Após uns 30 minutos, o corpo começa a expulsar o álcool do sangue, e o estresse volta ainda mais forte. Para baixar esse efeito rebote, a pessoa tende a beber mais, e entra num ciclo vicioso, que pode ser pior quando você está bebendo sozinho, já que não há outras distrações quando o estresse chega. Esse quadro pode intensificar casos de violência doméstica, inclusive – de acordo com a ONU, eles aumentaram em todo o globo durante a pandemia da COVID-19, a doença infecciosa e altamente contagiosa causada pelo coronavírus.

África do Sul, Índia, Sri Lanka e Groenlândia _____ o comércio de bebidas alcoólicas na pandemia, mas _____ traz problemas também para dependentes, _____ estão agora enfrentando crises de abstinência – além de, sim, quebrar uma válvula de escape que pode, para a maior parte das pessoas, _____ com parcimônia.

A Organização Mundial da Saúde também divulgou um relatório em que aborda os malefícios do álcool na pandemia. Ele pode ser ainda mais perigoso, pois diminui a capacidade do sistema imunológico de combater infecções. Notícias falsas de que a bebida matava o vírus fizeram com que a OMS repetisse várias vezes em seu documento que “sob nenhuma circunstância, você deve beber qualquer tipo de produto alcoólico como forma de se prevenir ou tratar a infecção por COVID-19”.

No Brasil, as reuniões dos Alcoólicos Anônimos continuam acontecendo de forma online.

<https://super.abril.com.br/comportamento/por-que-voce-esta-bebendo-mais-na-quarentena/>

01. Com base no texto, pode-se depreender que o álcool:

- 1- aumenta a vulnerabilidade do corpo à COVID-19.
 - 2- serve como automedicação positiva contra a ansiedade.
 - 3- é um neurotransmissor responsável por fazer você querer mais uma taça.
 - 4- é o causador da violência doméstica, de acordo com a OMS.
- Assinale a alternativa correta.
- a) Somente o item 1 é verdadeiro.
 - b) Somente os itens 1 e 4 são verdadeiros.
 - c) Somente os itens 2 e 3 são verdadeiros.
 - d) Somente os itens 2, 3 e 4 são verdadeiros.
 - e) Os itens 1, 2, 3 e 4 são verdadeiros.

02. A expressão “viés de confirmação” (3º parágrafo) refere-se a

- a) uma tendência a acreditar que o álcool vai ser benéfico, que é confirmada ao ver, em redes sociais, postagens de amigos aparentemente felizes com seus “drinks de quarentena”.
- b) um desejo de beber com os amigos na quarentena, que é potencializado pela socialização alegre em mídias sociais.
- c) uma racionalização que se faz em acreditar que os amigos estão bebendo para confirmar sua felicidade nos tempos de quarentena.
- d) uma mitigação do alcoolismo proporcionada pela necessidade validada de se beber com amigos em quarentena, postando tais interações.
- e) uma confirmação de que as pessoas estão todas bebendo felizes porque estão em quarentena interagindo virtualmente.

03. No título do texto, observa-se o uso adequado de “por que”, segundo a norma culta. A respeito do uso dos “porquês” em língua portuguesa, considere as seguintes afirmativas:

- 1- Não sei por que as pessoas culpam a bebida pela violência.
- 2- Ele agrediu a esposa porque era violento, não apenas porque bebeu.
- 3- Por que há tanta violência doméstica?
- 4- Ele tornou-se alcoólatra e ninguém sabe por quê.

Segue(m) as normas da língua portuguesa a(s) afirmativa(s):

- a) 1 apenas.
- b) 2 e 3 apenas.
- c) 3 e 4 apenas.
- d) 1, 2 e 4 apenas.
- e) 1, 2, 3 e 4.

04. Observa-se ocorrência de linguagem conotativa em:

- a) A Organização Mundial da Saúde também divulgou um relatório em que aborda os malefícios do álcool na pandemia. (6º parágrafo)
- b) as redes Extra e Pão de Açúcar relataram uma alta de 30% nas vendas de vinho para a Páscoa deste ano em relação à última (1º parágrafo)
- c) África do Sul, Índia, Sri Lanka e Groenlândia chegaram a proibir o comércio de bebidas alcoólicas na pandemia (5º parágrafo)
- d) quebrar uma válvula de escape que pode, para a maior parte das pessoas, ser acionada com parcimônia (5º parágrafo)
- e) sob nenhuma circunstância, você deve beber qualquer tipo de produto alcoólico como forma de se prevenir ou tratar a infecção por COVID-19 (6º parágrafo)

05. Com base no texto acima, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () Bebe-se mais na quarentena porque os supermercados e serviços de entrega vendem mais bebidas alcoólicas do que nunca.
- () O aumento no consumo de álcool é um fenômeno mundial, especialmente no Brasil, nos EUA e na Grã-Bretanha.
- () O motivo do aumento relatado por supermercados brasileiros é o feriado da páscoa.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – F – V.
- b) V – V – F.
- c) F – V – F.
- d) V – F – F.
- e) F – F – F.

06. O objetivo principal neste texto é:

- a) responder à pergunta constante no título.
- b) desencorajar o uso do álcool em pandemias.
- c) defender o uso pacífico do álcool em quarentenas.
- d) alertar para os riscos imunológicos do álcool.
- e) criticar a dependência e a violência doméstica.

07. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas acima, na ordem em que aparecem no texto.

- a) chegaram a proibirem – isso – a qual – ser acionada
- b) chegaram a proibir – isto – a que – ser acionada
- c) chegaram a proibir – isso – que – serem acionadas
- d) chegaram a proibirem – isto – o qual – serem acionadas
- e) chegaram a proibir – isso – os quais – ser acionada

08. A frase “quando comparado ao mesmo mês do último ano...” (3º parágrafo), estabelece com a informação anterior uma relação de:

- a) temporalidade.
- b) adversatividade.
- c) causalidade.
- d) proporcionalidade
- e) finalidade.

09. Mantendo-se o sentido original, no segmento “houve um crescimento de 22% nas vendas britânicas e 55% no comércio americano. Não existem dados amplos para o Brasil” (1º parágrafo), as formas sublinhadas poderiam ser substituídas, de acordo com a norma culta da língua, respectivamente, por

- a) há e sucedeu
- b) há e ocorreu
- c) ocorreu e havia
- d) sucedeu e há
- e) existiu e havia.

10. Assinale a alternativa em que ocorre erro ortográfico:

- a) Não existem dados amplos para o Brasil.
- b) O efeito relaxante e prazeroso, porém, acaba rápido.
- c) A resposta mais óbvia é a ansiedade generalizada.
- d) O álcool afeta também o centro de prazer e recompensa do cérebro.
- e) que estão agora enfrentando crises de abstinência

11. O vocábulo “parcimônia” (penúltimo parágrafo) indica

- a) prodigalidade
- b) moderação
- c) descomedimento
- d) avareza
- e) abundância

12. No terceiro parágrafo, em “mesmo que isso já esteja fazendo mal”, observa-se o correto uso do vocábulo “mal”. Assinale a alternativa em que esse vocábulo tenha sido empregado incorretamente:

- a) O mal sempre se vende como cura fácil.
- b) Mal chegamos e já começaram as perguntas.
- c) O bom deste investimento é o dólar, o mal também.
- d) O mal funcionamento do produto é constante.
- e) Qualquer mal súbito pode nos abreviar a vida.

TEXTO II

Analisar a tirinha abaixo para responder às perguntas subsequentes.



<https://bicicletanarua.wordpress.com/tag/armandinho/>

13. O humor da tirinha reside

- a) no espirro repentino da criança.
- b) no uso da expressão informal “é fogo”.
- c) na ambiguidade da palavra “congestionado”.
- d) na associação de transporte com o frio.
- e) na concordância do pai com o filho.

14. Assinale a alternativa que está de acordo com a norma escrita padrão.

- a) Se cogitam muitos cenários, mas ninguém sabe o que vai acontecer.
- b) Não considerá-lo apto foi o motivo da dispensa.
- c) Não lhe vejo como uma ameaça, mas com um sucessor.
- d) Ninguém lhes notava no meio da confusão.
- e) Conhecia todas as regras e as obedecia.

15. As vírgulas do primeiro quadrinho foram empregadas para

- a) isolar orações independentes
- b) marcar vocativos
- c) isolar termos explicativos
- d) enumerar termos coordenados
- e) separar orações adverbiais

INFORMÁTICA

Diego Carvalho

16. Considerando que o Estratégia Concursos possui estúdios localizados em diversos estados brasileiros – como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina –, pode-se afirmar que uma rede de computadores que conecte esses estúdios seria classificada como:

- a) MAN
- b) WAN
- c) LAN
- d) PAN
- e) IAN

17. A planilha a seguir apresenta dados – em milhares – de 12/05 sobre a Pandemia de COVID-19 sumarizados por região. Considerando os dados apresentados no LibreOffice Calc 6.0 (em português), assinale a alternativa incorreta:

	A	B	C	D	E
1	Região	Casos	Óbitos	Incidência/100k hab.	Óbitos/Casos
2	Sul	8.556	297	28,5	3,47%
3	Sudeste	74.727	6.216	84,6	8,32%
4	Centro-Oeste	5.090	129	31,2	2,53%
5	Nordeste	58.316	3.568	102,2	6,12%
6	Norte	30.900	2.190	167,7	7,09%
7					

- a) A soma de casos pode ser obtida por meio da fórmula =SOMA(B2;B3;B5;B6).
- b) A média de casos pode ser obtida por meio da fórmula =AVG(B2:B6).
- c) O valor da célula E4 pode ser obtido por meio da fórmula =C4/B4.
- d) A fórmula =SOMASE(B2:B6;">6000";C2:C6) retornaria a soma dos óbitos dos estados que possuem mais de 6000 casos.
- e) A fórmula =SOMASE(C2:C6;">6000";B2:B6) retornaria a soma dos casos dos estados que possuem mais de 6000 óbitos.

18. Assinale a alternativa que apresenta o protocolo responsável pelo mapeamento de endereços lógicos em nomes de domínios e vice-versa:

- a) POP3
- b) DHCP
- c) DNS
- d) HTTP
- e) FTP

19. Assinale a alternativa que apresenta o recurso representado pelo botão ¶ do Writer:

- a) Inserir Caracteres Especiais
- b) Clonar Formatação
- c) Verificação Ortográfica
- d) Inserir Campo
- e) Caracteres Não-Imprimíveis

20. Assinale a alternativa que apresenta dois possíveis gerenciadores de boot do Linux:

- a) GNOME e KDE
- b) LILO e GRUB
- c) EXT4 e REISERFS
- d) CD e RM
- e) SUDO e ROOT.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Brunno Lima

21. Considere verdadeiras as afirmações:

- Todos os cavalos relinham.
- Todos os cavalos possuem quatro patas.
- Os coelhos também possuem quatro patas.
- Alguns meninos imitam o relinchar dos cavalos.
- Nem todos os cavalos correm e alguns coelhos são mal humorados.

A partir dessas afirmações, pode-se concluir, corretamente, que

- a) alguns meninos imitam os sons dos coelhos.
- b) os coelhos que são mal humorados assustam os cavalos que não correm.
- c) os cavalos que relinham possuem quatro patas.
- d) ou alguns coelhos são mal humorados ou os coelhos emitem sons estridentes.
- e) alguns cavalos não possuem quatro patas e alguns também não relinham.

22. Considere as proposições lógicas simples A, B e C a seguir:

- A: Hoje vou estudar.
- B: Eu vou acordar cedo.
- C: Minha família está feliz.

As proposições $\sim A$, $\sim B$, $\sim C$ são, respectivamente, as negações das proposições A, B e C. O conectivo "e" é representado pelo símbolo \wedge , enquanto o conectivo "ou" é representado por \vee . A condicional é representada por \rightarrow . A proposição composta $(\sim A \vee C) \rightarrow B$ corresponde a

- a) Hoje vou estudar ou minha família está feliz ou eu vou acordar cedo.
- b) Hoje não vou estudar ou minha família está feliz e eu vou acordar cedo.

- c) Se hoje vou estudar e minha família está feliz então eu vou acordar cedo.
- d) Se hoje não vou estudar ou minha família está feliz então eu vou acordar cedo.
- e) Se hoje não vou estudar então minha família está feliz e eu vou acordar cedo.

23. Antônio, Bernardo e Cláudio são amigos. A soma de suas idades é 78. Antônio tem 12 anos a mais do que Bernardo, e esse, por sua vez, tem 3 anos a mais do que Cláudio. A idade de Bernardo é

- a) 23.
- b) 22.
- c) 21.
- d) 20.
- e) 19.

24. Num grupo de 6.200 pessoas, 72% jogam futebol e 38% jogam handebol. Sabendo que nesse grupo todas as pessoas praticam pelo menos um desses dois esportes, a porcentagem de pessoas que praticam as duas modalidades é:

- a) 62%
- b) 41%
- c) 26%
- d) 15%
- e) 10%

25. Sabe-se que no grupo de funcionários de uma empresa:

- 30% deles são advogados;
- há 12 homens a mais que mulheres;
- 10 homens são advogados e 14 mulheres são professoras; e,
- o número de mulheres advogadas corresponde a 10% dos funcionários.

Assim, nesse grupo de funcionários, o número de professores homens é:

- a) 35.
- b) 21.
- c) 14.
- d) 10.
- e) 5.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antonio Daud

26. Determinado município paranaense, com a finalidade de proteger seus munícipes da pandemia ocasionada pelo novo Coronavirus, estabeleceu a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção em espaços públicos, cominando multa de R\$ 1.000,00 àqueles que descumprirem a nova regra.

Assumindo que as medidas foram regularmente estabelecidas, é correto afirmar que representam manifestação do

- a) poder de polícia, o qual dá azo à responsabilidade criminal dos infratores.
- b) poder hierárquico, sujeitando-se o infrator às penas decorrentes da periclitacão da vida e da saúde.
- c) poder disciplinar, o qual decorre do dever de sujeição a questões de ordem, progresso e saúde pública.
- d) poder regulatório, conferido às autoridades de saúde pública diretamente pelo texto constitucional.
- e) poder de polícia, que pode se manifestar mediante atos normativos ou concretos, preventivos ou repressivos.

27. Agente de fato é aquele:

- a) particular que recebeu incumbência para representar a Administração em determinado ato ou praticar determinada atividade específica.
- b) contratado em razão de excepcional interesse público.
- c) criminoso que nunca recebeu qualquer forma de investidura em cargo, emprego função, passando-se por alguém que age em nome do Estado.
- d) particular que, embora não tenha sido investido em qualquer função pública, exerce função em nome do Estado, exclusivamente em situações excepcionais.
- e) particular que, embora não tenha sido investido em qualquer função pública, exerce função em nome do Estado, podendo decorrer de situações excepcionais ou de ilegalidade na investidura.

28. Assinale a alternativa que contém elemento discricionário em ato administrativo de autorização para porte de arma de fogo:

- a) sujeito.
- b) competência.
- c) finalidade.
- d) forma.
- e) conteúdo.

29. Assinale a alternativa que menciona característica comum a todas as entidades descentralizadas:

- a) capacidade de autoadministração, com autonomia em relação à administração direta.
- b) plena autonomia quanto às finalidades de atuação.
- c) extinção por vontade própria.
- d) criação por meio de lei complementar.
- e) submissão a controle finalístico hierárquico.

30. Serviço público adequado é aquele que, entre outras características, (1) é prestado com tarifas acessíveis, impedindo-se lucros exorbitantes ao prestador, e (2) é ofertado à maior cobertura possível.

Os princípios que se relacionam com tais características são, respectivamente:

- a) gratuidade e universalidade.
- b) modicidade tarifária e generalidade.
- c) continuidade e confiança legítima.
- d) regularidade e universalidade.
- e) modicidade de riscos e cortesia na sua prestação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Túlio Lages

31. Nos termos do art. 5º da Constituição Federal, quanto aos direitos e deveres individuais e coletivos, é correto afirmar:

- a) A lei regulará a individualização da pena, podendo ser adotadas a privação da liberdade, a perda de bens e a cassação de direitos.
- b) A ostensividade das votações é assegurada à instituição do júri.
- c) Quando for mais justa, a lei penal pode retroagir.
- d) A ação de *habeas data* é gratuita.
- e) O registro civil de nascimento é gratuito.

32. A respeito das disposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU – 1948), considere as seguintes afirmativas:

- 1) A pena de morte foi expressamente proibida.
 - 2) O acesso aos serviços públicos não foi tratado.
 - 3) A segurança pessoal foi prevista como um direito de todos os seres humanos.
 - 4) A prisão arbitrária é repudiada.
- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
 - b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
 - c) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
 - d) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
 - e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

33. Sobre a ciência e tecnologia, segundo a Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) A Constituição faculta aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino.
- b) A autonomia tecnológica do país deve ser viabilizada a partir do incentivo ao mercado interno, um patrimônio nacional.
- c) No âmbito do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, as normas gerais serão dispostas por lei federal, devendo os Estados legislar sobre suas

peculiaridades, inclusive as dos Municípios localizados em seus respectivos territórios.

- d) A pesquisa tecnológica deverá estar voltada, de forma preponderante, à solução de problemas regionais e ao desenvolvimento do sistema produtivo mundial.
- e) A pesquisa e a criação de tecnologia são de incumbência exclusiva do Estado, em razão de seu caráter estratégico.

34. Sobre o meio ambiente, segundo a Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) Com o dito de assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público, dentre outras medidas, preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país.
- b) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica e o Cerrado Central são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- c) Somente após ter sua localização definida por lei estadual, a usina que opera com reator nuclear poderá ser instalada pelo Município.
- d) As terras arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais, só podem ser alienadas após autorização do Congresso Nacional, mediante lei.
- e) A educação ambiental deve ser priorizada no nível superior de ensino.

35. A respeito do Poder Executivo, segundo a Constituição Federal, considere as seguintes afirmativas:

- 1) A Constituição prevê rol exemplificativo de atos do Presidente da República que configuram crime de responsabilidade.
 - 2) Atos do Presidente da República que atentem contra a segurança interna do País e a lei orçamentária são crimes de responsabilidade.
 - 3) Tanto nas infrações penais comuns, quanto nos crimes de responsabilidade, exige-se a admissão da acusação do Presidente da República por dois terços da Câmara dos Deputados.
 - 4) Decorrido o prazo de cinco e cinquenta dias, cessará o afastamento do Presidente, se o julgamento não estiver **concluído**.
- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
 - b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
 - c) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
 - d) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
 - e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

36. José e Pedro, primos, saíram para se divertir em um bar da região. Em certo momento, José acaba ficando completamente embriagado em razão da imprudência na ingestão de álcool. Saindo dali, ambos acabam ameaçando um dos seguranças de uma casa noturna. Devidamente denunciados pela prática do crime de ameaça, a defesa de José alegou inimizabilidade por embriaguez, enquanto a defesa de Pedro alegou inimizabilidade por doença mental, eis que Pedro, ao tempo do fato, não seria inteiramente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta. A perícia comprovou que Pedro, de fato, não era totalmente capaz de entender o caráter ilícito do fato, em razão de doença mental.

Nesse caso:

- a) Nem José nem Pedro são considerados inimputáveis, mas o último faz jus a uma redução de pena de um a dois terços

- b) José e Pedro são imputáveis, sem redução de pena para qualquer deles
- c) José e Pedro são inimputáveis
- d) José é imputável e Pedro é inimputável
- e) José é inimputável, mas Pedro terá sua pena reduzida de um a dois terços

37. José, policial civil, realizou a prisão de um indivíduo acusado da prática de estupro de vulnerável. Todavia, ao tentar colocar o indivíduo na viatura, populares arrebataram o preso para fins de linchamento. José, então, percebendo que o preso seria morto, e desejando em seu íntimo que tal resultado viesse a ocorrer, nada fez para impedir o resultado, mesmo tendo condições para intervir, por estar armado. O preso acaba morto com pauladas na cabeça.

Nesse caso, é correto afirmar que José praticou o crime de:

- a) Homicídio doloso consumado, por omissão imprópria
- b) Homicídio doloso consumado, por omissão própria
- c) Homicídio culposo, por omissão própria
- d) Omissão de socorro
- e) Omissão de socorro majorada pela morte

38. Analise as assertivas a seguir:

1. Coação moral irresistível
2. Adequação social da conduta
3. Atos reflexos
4. Inexigibilidade de conduta diversa

É correto afirmar que o fato típico restará excluído nos casos indicados em:

- a) 1 e 2
- b) 1 e 3
- c) 2 e 3
- d) 2 e 4
- e) 3 e 4

39. José, irritado porque o cachorro de seu vizinho Pedro havia realizado suas necessidades fisiológicas na frente de sua casa, armou-se de um taco de beisebol e dirigiu-se à casa do vizinho para quebrar o carro do mesmo. Ao chegar lá, outro vizinho percebeu a ação e tentou impedir José, ao que José deu uma paulada nas pernas do vizinho, mandando o mesmo se afastar. José, então, usou o taco de beisebol para quebrar os vidros e retrovisores do carro de Pedro.

Nesse caso, é correto afirmar que José praticou:

- a) Dano simples e lesão corporal
- b) Dano qualificado e lesão corporal
- c) Dano simples, apenas
- d) Dano qualificado, apenas
- e) Exercício arbitrário das próprias razões

40. José, Pedro e Paulo realizavam um furto a uma residência quando ouviram a sirene de uma viatura de polícia que se aproximava do local. Desesperados, empreenderam fuga, oportunidade na qual Pedro e Paulo conseguiram escapar, mas José foi preso em flagrante após perseguição pelos agentes policiais. Na delegacia, José foi indagado acerca das circunstâncias do crime, bem como se teria agido sozinho ou em concurso de agentes. José, para acobertar os comparsas, assumiu sozinho a autoria delitiva.

Nesse caso, em relação à conduta praticada na delegacia, José:

- a) praticou o crime de denúncia caluniosa
- b) praticou o crime de comunicação falsa de crime ou contravenção
- c) praticou o crime de autoacusação falsa de crime
- d) praticou o crime de fraude processual
- e) não praticou crime

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

41. José e Pedro praticaram um crime de estelionato em desfavor do INSS, autarquia federal (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa, majorada de um terço). Segundo consta nos autos do inquérito policial instaurado, José obteve um benefício previdenciário fraudulento, com a ajuda do servidor Pedro. No curso das investigações, o Juízo decretou, após representação da autoridade policial, a prisão preventiva de ambos os investigados.

Nesse caso:

- a) O IP deverá se encerrar em até 10 dias, a contar da prisão, tendo sido válida a prisão preventiva
- b) O IP deverá se encerrar em até 15 dias, a contar da prisão, tendo sido válida a prisão preventiva
- c) O IP deverá se encerrar em até 10 dias, a contar da prisão, embora tenha sido ilegal a prisão preventiva decretada pelo Juiz na fase de investigação sem requerimento do MP
- d) O IP deverá se encerrar em até 15 dias, a contar da prisão, embora tenha sido ilegal a prisão preventiva decretada pelo Juiz na fase de investigação sem requerimento do MP
- e) O IP deverá se encerrar em até 10 dias, a contar da instauração do inquérito.

42. José, residente em Londrina-PR, abordou um motociclista numa das ruas do centro da cidade de Curitiba-PR e exigiu a entrega da moto, mediante grave ameaça exercida com o emprego da arma de fogo. O motociclista, um servidor público federal, reagiu, tentou fugir, mas foi alvejado com um tiro pelas costas, vindo a óbito. José fugiu sem nada levar.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) o processo e julgamento do crime em questão caberá ao Tribunal do Júri da comarca de Curitiba-PR
- b) o processo e julgamento do crime em questão caberá ao Tribunal do Júri Federal da seção judiciária de Curitiba-PR
- c) o processo e julgamento do crime em questão caberá ao Juiz singular da comarca de Curitiba-PR
- d) o processo e julgamento do crime em questão caberá ao Juiz singular da comarca de Curitiba-PR, podendo o MP preferir ajuizar a denúncia no foro do domicílio do réu
- e) o processo e julgamento do crime em questão caberá ao Tribunal do Júri da comarca de Curitiba-PR, podendo o MP preferir ajuizar a denúncia no foro do domicílio do réu

43. José e Pedro praticaram contra Maria um crime de dano qualificado pelo motivo egoístico (pena: detenção, de seis meses a três anos, e multa). O fato ocorreu em 10.06.2019, tendo Maria tomado conhecimento de que os infratores teriam sido José e Pedro apenas no dia 18.10.2019. Em 22.03.2020, Maria envia um e-mail a José, afirmando que não irá ajuizar queixa-crime em desfavor do mesmo, mas que pretende processar criminalmente Pedro.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Houve renúncia ao direito de queixa em favor de José, que não beneficia a Pedro
- b) Houve perdão do ofendido em favor de José, que não beneficia a Pedro
- c) Houve renúncia ao direito de queixa em favor de José, mas esta se estenderá a Pedro, pelo princípio da indivisibilidade, sendo desnecessária a aceitação do benefício por parte de qualquer dos infratores

d) Houve perdão do ofendido em favor de José, mas este se estenderá a Pedro, pelo princípio da indivisibilidade, exigindo-se a aceitação do benefício pelos infratores

e) Não houve renúncia nem perdão, em razão de já ter havido decadência do direito de queixa

44. Na madrugada de um sábado, a autoridade policial recebeu a informação de que um crime de homicídio teria ocorrido no centro da cidade de Curitiba-PR, estando o cadáver ainda no local. Prontamente, a autoridade policial se dirigiu ao local e zelou pela preservação da cena do crime, até a chegada dos responsáveis pela perícia.

Nesse caso, é correto afirmar que o exame de corpo de delito:

- a) será realizado por um perito oficial ou, na sua falta, por dois peritos não oficiais, assim compreendidas duas pessoas idôneas, necessariamente portadoras de diploma de curso superior.
- b) será realizado por dois peritos oficiais ou, na sua falta, por dois peritos não oficiais, assim compreendidas duas pessoas idôneas, necessariamente portadoras de diploma de curso superior.
- c) não poderá ser realizado durante a madrugada, devendo-se aguardar o nascer do dia
- d) somente poderá ser realizado 06h após o óbito, ainda que se trate de morte evidente
- e) será indispensável, mas poderá ser suprido pela confissão do acusado

45. José praticou crime de extorsão simples, tendo sido instaurado inquérito policial para apurar as circunstâncias do fato. No curso da investigação, a autoridade policial representou ao Juiz pela decretação da prisão temporária de José.

Nesse caso, no que tange à prisão temporária, regida pela Lei 7.960/89, é correto afirmar que:

- a) Será incabível a prisão temporária, eis que o crime de extorsão não a admite
- b) Será cabível a prisão temporária, pelo prazo de 30 dias, prorrogável por mais 30 dias em caso de extrema e comprovada necessidade.
- c) Será incabível a prisão temporária, eis que não tem cabimento na fase de investigação
- d) Será cabível a prisão temporária, pelo prazo de 05 dias, prorrogável por mais 05 dias em caso de extrema e comprovada necessidade.
- e) Será cabível a decretação da prisão temporária, ainda que sem a oitiva prévia do MP

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Paulo Guimarães

46. Considerando o que dispõe a Lei nº 11.343/2006 são princípios do Sisnad- Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, exceto:

- a) o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade
- b) o respeito à diversidade e às especificidades populacionais existentes
- c) a promoção dos valores éticos, culturais e de cidadania do povo brasileiro, reconhecendo-os como fatores de proteção para o uso indevido de drogas e outros comportamentos correlacionados
- d) o reconhecimento da intersetorialidade dos fatores correlacionados com o uso indevido de drogas, com a sua produção não autorizada e o seu tráfico ilícito
- e) o afastamento social definitivo dos usuários e dependentes de drogas, repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas;

47. Durante a Semana Nacional de Políticas sobre Drogas, de acordo com a Lei de Drogas, são intensificadas as ações de:

- a) promoção de eventos para o debate público sobre as políticas sobre drogas
- b) seminários com temas que incluem o incentivo do uso da maconha para propósitos medicinais.
- c) soltura dos dependentes químicos para participação das atividades promovidas durante este evento.
- d) expedição de mandado de prisão para todos os usuários de drogas conhecidos na localidade.
- e) divulgação dos nomes dos presos na localidade por tráfico de drogas.

48. Acerca da Lei nº 8.072/1990, consideram-se também hediondos, tentados ou consumados:

- a) A lesão corporal grave.
- b) Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de gestante.
- c) Genocídio.
- d) Disparo de arma de fogo.
- e) crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

49. De acordo com o Estatuto do Desarmamento assinale a alternativa correta:

- a) A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência das Forças Armadas e somente será concedida após autorização do Sinarm.
- b) As armas de fogo utilizadas pelos empregados das empresas de segurança privada e de transporte de valores, constituídas na forma da lei, serão de propriedade, responsabilidade e guarda dos respectivos empregados somente podendo ser utilizadas quando em serviço.
- c) Na comprovação da capacidade técnica, o valor cobrado pelo instrutor de armamento e tiro não poderá exceder R\$ 80,00 (oitenta reais), acrescido do custo da munição.
- d) É proibido ao menor de 25 (vinte e cinco) anos adquirir arma de fogo em todas as hipóteses.
- e) O transporte das armas de fogo doadas será de responsabilidade da instituição doadora, que procederá ao seu cadastramento no Sinarm ou no Sigma.

50. Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa constitui em:
- a) crime de abuso de autoridade
 - b) crime de tortura.
 - c) crime de constrangimento ilegal.
 - d) crime de assédio
 - e) crime contra a liberdade individual.



Estratégia
Concursos

Prova Discursiva

STF vai decidir constitucionalidade de multa por recusa a bafômetro

O Supremo Tribunal Federal (STF) irá decidir se é constitucional a regra do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) que classifica como infração de trânsito a recusa do condutor de veículo a se submeter ao teste do “bafômetro” (etilômetro) com o objetivo de certificar a influência de álcool. O tema será analisado no Recurso Extraordinário (RE) 1224374, que, por unanimidade, teve repercussão geral reconhecida (Tema 1079) pelo Plenário, em sessão virtual.

Arbitrariedade

No caso dos autos, a Segunda Turma Recursal da Fazenda Pública dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul anulou auto de infração de trânsito lavrado contra um condutor que se recusou a fazer o teste do bafômetro. De acordo com a decisão, como não havia sido constatado formalmente que ele conduzia veículo sob sinais externos de uso de álcool ou de substância psicoativa, não há infração de trânsito.

Segundo a Turma Recursal, a lógica da regra, prevista no artigo 165-A do CTB, é a de que só é possível autuar o condutor que se recusa a realizar os testes caso ele apresente sinais externos de influência de álcool, com todas as características de embriaguez devidamente descritas e na presença de testemunha idônea. Assim, a autuação de condutor que não apresente ameaça à segurança no trânsito pela mera recusa em realizar os testes oferecidos pelos agentes de trânsito configuraria arbitrariedade. O acórdão considera que a regra do CTB é inconstitucional, pois viola os princípios da liberdade (direito de ir e vir), da presunção de inocência, da não autoincriminação e da individualização da pena.

Segurança

No recurso apresentado ao Supremo, o Departamento de Trânsito do Rio Grande do Sul (Detran-RS) argumenta que a constitucionalidade do artigo 165-A do CTB **não pode ser afastada com fundamento no direito individual de liberdade quando confrontado com o direito fundamental da coletividade à vida e à segurança do trânsito**. Sustenta, ainda, que a imposição da penalidade administrativa de suspensão do direito de dirigir a uma pessoa que se recusa a realizar o teste do bafômetro, impedindo a fiscalização de trânsito de constatar se ingeriu álcool, é razoável e proporcional.

Ainda segundo o Detran-RS, como a infração é administrativa, não procede a alegação de ofensa ao princípio da não autoincriminação e a outros direitos e garantias individuais relacionados ao Direito Penal. Também alega que, como se trata de infração autônoma, não se exige do agente fiscalizador a comprovação de sinais de embriaguez, bastando a recusa do condutor.

Garantias individuais

Em manifestação no Plenário Virtual, o ministro Luiz Fux, relator do recurso, observou que a controvérsia constitucional ultrapassa os interesses das partes, por sua relevância do ponto de vista econômico, político, social e jurídico. Segundo ele, embora seja conhecida a preocupação do legislador em dar tratamento mais austero aos condutores que, sob a influência de álcool ou de outra substância psicoativa, exponham a perigo os direitos à vida, à saúde e à segurança no trânsito, a discussão sobre a constitucionalidade do artigo 165-A do CTB tem potencial impacto em outros casos, tendo em vista a atuação dos órgãos de fiscalização integrados ao Sistema Nacional de Trânsito.

Fux salientou a relevância da questão, sobretudo em razão da argumentação de violação aos direitos e garantias individuais relativos à liberdade de ir e vir, à presunção de inocência, à não autoincriminação, à individualização da pena e aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Do ponto de vista constitucional, destacou especialmente a discussão sobre a declaração de inconstitucionalidade de dispositivo de lei nacional.

Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=438175&caixaBusca=N>. Acesso: 12/05/2020.

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

[...]

Art. 165-A. Recusar-se a ser submetido a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa, na forma estabelecida pelo art. 277: *(Incluído pela Lei nº 13.281, de 2016) (Vigência)*

Infração - gravíssima; *(Incluído pela Lei nº 13.281, de 2016) (Vigência)*

Penalidade - multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses; *(Incluído pela Lei nº 13.281, de 2016) (Vigência)*

Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo, observado o disposto no § 4º do art. 270. *(Incluído pela Lei nº 13.281, de 2016) (Vigência)*

Parágrafo único. Aplica-se em dobro a multa prevista no **caput** em caso de reincidência no período de até 12 (doze) meses *(Incluído pela Lei nº 13.281, de 2016) (Vigência)*

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm. Acesso: 12/05/2020.

Escreva um texto dissertativo-argumentativo respondendo ao seguinte questionamento: **os condutores que se recusarem ao teste do etilômetro devem sofrer as sanções do Código de Trânsito Brasileiro?**

Seu texto deve:

- contextualizar o assunto;
- apresentar a resposta ao questionamento e a respectiva justificativa;
- ter entre 25 e 30 linhas.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: [...]

§ 10. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas:

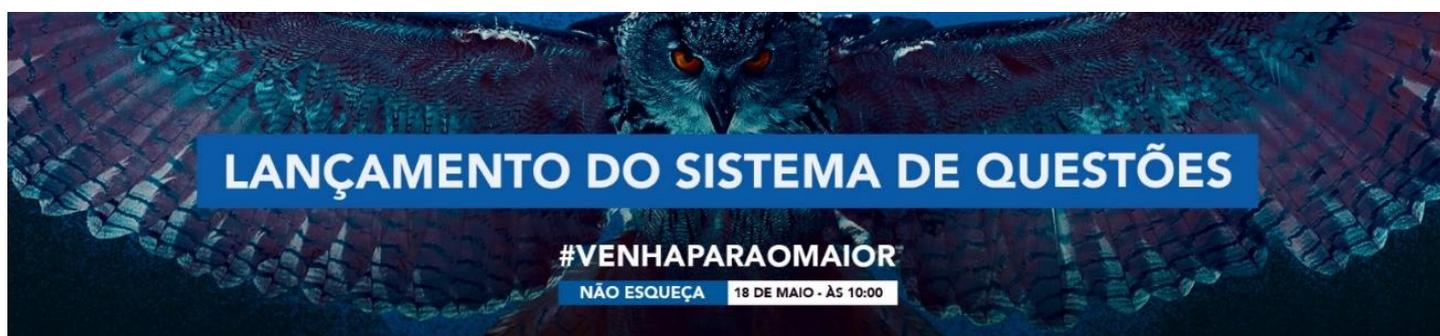
FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PC-PR-16-05>

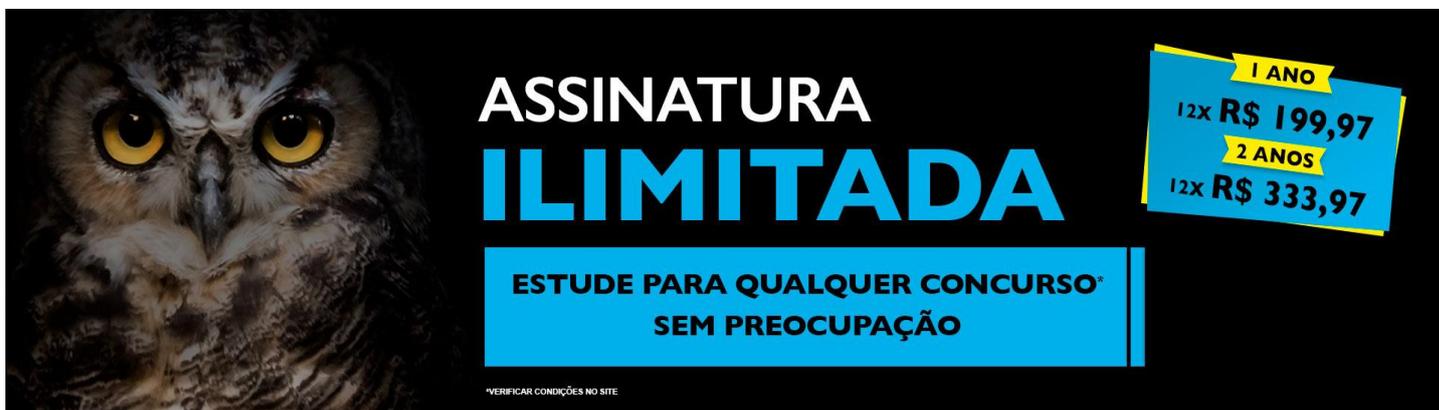
Conheça nosso Sistema de Questões!
Clique no banner!



Estratégia
Concursos

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



ASSINATURA
ILIMITADA

ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE